



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 2940 ENT.: 2677 PROC. Nº:	17/04/2012

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 2469/XII/1.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 870/2012 de 16 de abril do Gabinete da Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



Gabinete da Secretária de Estado
dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

Entrada N.º 2677

Data 17 / 04 / 2012

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete da Secretária de Estado dos
Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Dr.ª Marina Resende

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

N.º:
ENT.:
PROC. N.º:

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 2469/XII/1ª, de 19 de Março de 2012 - Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria

Em resposta à Pergunta n.º 2469/XII/1ª, de 19 de Março de 2012, encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território de informar V. Exa. do seguinte:

1. IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LIGADAS À AGRICULTURA E FLORESTA

As atividades ligadas à agricultura e floresta (produção primária e primeira transformação) possuem um papel económico, social e no ordenamento do território que é insubstituível. Representam cerca de 6% do PIB, 15% do emprego e ocupam cerca de 70% do território nacional.

Na última década, de acordo como os elementos do Recenseamento Geral da Agricultura, verificou-se uma diminuição da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) - (-5%). Esta diminuição não se observou em todas as classes de dimensão das explorações, tendo aumentado nas explorações com mais de 50 ha. É também, distinta a nível regional, verificando-se situações de pequenos aumentos (Alentejo) e fortes diminuições (Beira Litoral, Beira Interior, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve). Nestas últimas situações, não se pode concluir que se esteja na presença de desertificação do território, pois a diminuição da SAU poderá estar associada a processos de florestação ou de urbanização. Todavia, tal não deixará de refletir um quadro desfavorável para a realização da atividade agrícola.



Os produtos agrícolas e florestais são bens internacionalmente transacionáveis, isto é, que podem ser importados e exportados e estão, portanto, sujeitos à concorrência internacional nos mercados externos e no mercado interno. Representam cerca de 20% e 18%, respectivamente, dos valores das exportações e das importações de bens da Economia.

O saldo da balança comercial agro-florestal é negativo. O factor que mais dificulta a redução do défice comercial externo é a forte dependência de importação de cereais e de outros produtos para alimentação animal, agravado pela tendência de crescimento dos respectivos preços. Ainda assim, as exportações têm crescido a um ritmo superior ao das importações (19% e 10%, respectivamente, em 2011) e mais do que as do resto da economia.

2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA

No período 2000-2011, a produção agrícola, em volume, manteve-se estável. A sustentabilidade do seu crescimento tem dependido parcialmente de sectores de produção animal, fortemente consumidores de produtos intermédios importados, cujos preços têm tido um comportamento muito volátil e tendencialmente crescente.

O emprego na agricultura, à semelhança do contexto europeu, tem vindo continuamente a diminuir (26% de 2000 a 2011, medido em volume de trabalho). Porém o Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou apenas uma pequena redução (-3,5%, 2000-2011) o que significa um acréscimo da produtividade do trabalho de 30%, que se deve quer ao efeito do desaparecimento de explorações mais pequenas, quer ao aumento da produtividade dos que permaneceram, reflexo de melhorias tecnológicas e de alterações da ocupação cultural resultantes da capacidade de inovação e de adaptação dos agricultores.

3. PREÇOS E RENDIMENTOS AGRÍCOLAS

Os últimos anos foram marcados por um crescimento muito acentuado dos preços dos consumos intermédios utilizados na agricultura, muito superior ao aumento dos preços dos produtos agrícolas, o que se traduziu numa diminuição dos preços implícitos no produto agrícola (Produção - Consumos Intermédios) em -3% em média anual no período 2000-2011. No mesmo período os preços implícitos no PIB cresceram 2,3% em média anual. Esta conjugação de factos teve consequências negativas no rendimento dos agricultores que o aumento dos subsídios não compensou.



4. PAC

A Política Agrícola Comum (PAC) é uma das mais antigas políticas da União Europeia, contribuindo fortemente para o objetivo de integração europeia. Face ao seu longo período de existência, tem sido objeto de diversas reformas, no sentido de encontrar a melhor forma de resposta às novas exigências e contextos e às preocupações da sociedade, mantendo-se contudo atuais os seus objetivos iniciais ligados à segurança do abastecimento alimentar, estabilização dos mercados e do rendimento dos agricultores e garantia de preços razoáveis aos consumidores.

De preocupações iniciais fortemente assentes no aumento da produtividade, a PAC evoluiu no sentido de preocupações de reforço da competitividade, assente em elevados padrões de segurança alimentar e de qualidade dos alimentos, da sustentabilidade ambiental, nomeadamente nos domínios da biodiversidade, alterações climáticas e preservação dos recursos solo e água, e da promoção do desenvolvimento equilibrado dos territórios rurais. Evoluiu no sentido de uma maior orientação para o mercado, para as preferências dos consumidores e para o ambiente.

A PAC é constituída por dois pilares complementares.

O I Pilar é constituído, essencialmente, por um sistema de ajudas diretas. As ajudas diretas surgiram em 1992 com a primeira reforma da PAC para compensar a diminuição do preço dos produtos agrícolas em resultado do desmantelamento do apoio através dos preços de mercado (note-se que esta compensação foi apenas parcial) e, a partir de 2003, ajudas diretas desligadas da produção (RPU - Regime de Pagamento Único). Com este regime de pagamento único, surge a transferência do apoio ao produto (ajudas ligadas à produção) para o apoio ao produtor (desligadas de produções específicas), tornando a PAC mais eficiente, transparente e mais orientada para o mercado.

O RPU possibilita ao agricultor a opção pela produção mais adequada aos sinais do mercado e com maior rentabilidade, permitindo-lhe maximizar o seu rendimento por via do mercado, ao mesmo tempo que procura garantir um apoio base, sob condição de respeito de requisitos ambientais, de bem-estar animal e de sanidade animal e vegetal (a denominada “condicionalidade”). Em combinação com a condicionalidade referida, o RPU permite igualmente o fornecimento de bens públicos, nomeadamente associados à segurança alimentar. As ajudas diretas representam a maior parte dos pagamentos aos agricultores.



O RPU contribui para minimizar o risco da atividade agrícola já que não condiciona a atribuição de pagamentos à obtenção de produção efetiva (o que é vantajoso, nomeadamente, em anos com situações climatéricas adversas) mas apenas à manutenção da terra em boas condições agrícolas e ambientais. Não contém nenhum incentivo ao abandono da produção (a grande maioria dos seus beneficiários em Portugal produz bens agrícolas) e promove a produção de uma forma sustentável e em todo o espaço da UE.

No II Pilar, a Política de Desenvolvimento Rural tem por objetivo promover a competitividade, a gestão sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento equilibrado das zonas rurais. Inclui medidas de apoio ao investimento, com vista à promoção da inovação, do ajustamento estrutural do sector, da capacitação dos agentes e da competitividade dos territórios e medidas que visam compensar custos acrescidos ou perdas de rendimento resultantes da adoção de práticas que promovam a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, ou a manutenção da produção em condições consideradas desfavorecidas, como é o caso das medidas agroambientais e dos apoios às zonas desfavorecidas.

A venda de bens e serviços produzidos pelos agricultores representa a parcela largamente maioritária da receita bruta por eles obtida, correspondendo os apoios a uma componente complementar. Embora minoritária, esta componente constituída pelos apoios é fundamental para a viabilidade económica de muitas explorações agrícolas e para permitir a remuneração dos bens públicos (que o mercado não remunera), que os agricultores fornecem à sociedade.

O aumento dos subsídios aos agricultores não correspondeu a uma melhoria equivalente do respectivo rendimento, pois, foi acompanhado por descidas dos preços dos produtos agrícolas e da por uma maior exposição à volatilidade do mercado.

5. POSIÇÃO DO MAMAOT

Tendo em conta o défice da balança comercial do sector agroalimentar, as prioridades do Governo estão centradas na orientação de produzir mais, com vista à redução desse défice, quer por aumento de exportações quer por substituição de importações.

Nesse sentido é evidente a preocupação nacional em garantir um nível de apoio ao sector agrícola que seja adequado à manutenção da atividade produtiva, com particular destaque para as produções em que o risco de abandono seja mais evidente, podendo para esse efeito contribuir o ligamento de ajudas à produção.



No que respeita ao futuro da PAC, atualmente em discussão, são considerados como pontos sensíveis no âmbito dos pagamentos diretos, alcançar uma maior convergência entre os EM, evitar rupturas bruscas ao nível de cada agricultor, garantir a aplicação de medidas ambientais (*greening*) adequadas à realidade das culturas mediterrânicas. No âmbito do Desenvolvimento Rural há que assegurar a possibilidade de investimento para o regadio e condições adequadas para a implementação de instrumentos de gestão do risco.

No que respeita ao mercado agroalimentar, é de destacar a necessidade de reforçar a concentração da produção e da oferta, tendo em vista a melhoria das condições negociais da produção, face a uma indústria e distribuição cada vez mais concentradas, no sentido de aumentar o rendimento proveniente do mercado, e consequentemente estimular a atividade agrícola.

Nesse sentido, e tendo em conta a preocupação de uma distribuição equilibrada do valor ao longo da cadeia alimentar, face a desenvolvimentos recentes da estrutura de custos da produção agrícola, já mencionados, que não estão a ser refletidos no preço dos produtos, o MAMAOT em conjunto com o MEE criou a PARCA para melhorar o diálogo e a transparência ao longo da cadeia alimentar e obter uma repartição mais equitativa do valor ao longo da cadeia, o que deverá favorecer a produção agrícola.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Duarte Falé Costa
de Bué Alves

Duarte Bué Alves

Assinado no nome digital por Duarte Falé Costa de
Bué Alves
DN: cn=Duarte Falé Costa de Bué Alves, ou=Ministério da Agricultura do Mar, do
Ambiente e do Ordenamento do Território,
ou=Gabinete de Apoio ao Agricultor do Área de
Ambiente e do Ordenamento do Território, cn=Duarte
Falé Costa de Bué Alves
Email: 2012.04.10.15.25.57+0100